



CONCURSO PÚBLICO 001/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO POVO



CARGO: 001

CONTROLADOR INTERNO

CADERNO DE PROVA OBJETIVA

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO:

01. O candidato deve verificar se este material está em ordem, caso não esteja, o fato deve ser **IMEDIATAMENTE** notificado ao fiscal.
02. A prova consistirá de **40 questões** com **quatro alternativas (A, B, C, D)** das quais apenas uma é verdadeira. Leia atentamente cada questão e escolha a alternativa, marcando sua resposta no cartão resposta, cobrindo levemente todo o espaço correspondente à letra a ser assinalada, com **caneta esferográfica de tinta preta ou azul**.
03. Durante a prova, é vedado o intercâmbio e o empréstimo de qualquer material entre os candidatos.
04. Não poderão ser utilizados, durante a prova, recursos como: régua, dicionário, boné, calculadora, relógio digital, bem como outro material que possa indicar tentativa de fraude.
05. O candidato só poderá ausentar-se do recinto da prova após **1 (uma) hora** contada a partir do efetivo início da mesma. Por motivos de segurança, o candidato **NÃO PODERÁ LEVAR O CADERNO DE PROVA NESTE HORÁRIO**.
- 06 - O caderno de prova somente poderá ser levado pelo candidato faltando 01 (uma) hora para o término das mesmas.
07. Esta prova terá duração de 3 horas, com início às 08h e término às 11h.

ACPI - Assessoria, Consultoria,
Planejamento e Informática



Mais informações:
www.acpi.com.br
concurso@acpi.com.br

Telefone: (65) 2123 - 4604

NOME DO CANDIDATO



Concurso Público 001/2015 - Prefeitura Municipal de São José do Povo - MT

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40

FOLHA DE ANOTAÇÃO DO GABARITO - ATENÇÃO: Esta folha é destinada para uso EXCLUSIVO do candidato.

LÍNGUA PORTUGUESA

Grau de investimento

Sou de uma geração que crise econômica era uma rotina do dia a dia. Quando cursei economia, na década de 1980, a inflação mensal era de dois dígitos, passei por Cruzado, Cruzado Novo, confisco de Collor até chegar ao Plano Real. Sou de uma geração em que dever para o FMI era regra, não exceção. Só passei a viver em um país com grau de investimento em 2008. Mas durou pouco, a perda do grau de investimento, anunciada pela agência de classificação de risco Standard & Poors, na quinta-feira passada, significa um retrocesso que precisa merecer resposta à altura, do Palácio do Planalto. Foi justamente essa agência de avaliação de risco a primeira a elevar a nota da economia brasileira em 2008, incluindo-a entre as recomendadas como destino para grandes investidores internacionais. Se quiser evitar que as demais instituições sigam o mesmo caminho, o país precisa enfrentar de vez as razões de ter caído para o nível especulativo.

Nas explicações para o fato de ter antecipado a decisão, que ocorre poucos dias depois de o Planalto enviar ao Congresso uma proposta orçamentária com deficit primário de R\$ 30,5 bilhões para 2016, a própria agência dá uma ideia clara do que precisa ser enfrentado. A principal alegação é o fato de o governo, logo depois de reduzir a meta fiscal, ter partido para uma projeção de deficit. Outra questão apontada é a “falta de coesão” dentro da equipe oficial. Por mais que membros do governo insistam em minimizar o impacto da retirada do selo de bom pagador, é evidente que resta agora administrar os danos.

A perda de uma conquista importante para o país, como o grau de investimento, tem impacto sobre todos os brasileiros. Por isso, o Planalto deve ações firmes e imediatas. O simples fato de o país passar a ser visto como de maior risco implica redução nos investimentos, pressões sobre o câmbio, como as registradas ontem, e crédito mais caro para empresas e pessoas físicas. Num segundo momento, tende a gerar ainda mais desemprego, além de decisões como o rebaixamento da Petrobras, anunciado ontem. Por isso, não bastam apenas reuniões de emergência como a convocada quinta-feira pela presidente da República, nem as reiteradas manifestações tranquilizadoras do ministro da Fazenda, Joaquim Levy. É preciso ação.

O governo deve fazer agora o que não fez antes, quando ainda havia tempo de evitar consequências drásticas de suas falhas de gerenciamento, como as previstas a curto e médio prazos. Isso significa, antes, acertar-se internamente e com o Congresso para, de imediato, promover reformas corajosas e eficazes que levem as contas do setor público a recuperar o equilíbrio.

(Texto escrito por Gustavo Oliveira, diretor de Redação do Diário de Cuiabá, edição nº 14298.)

QUESTÃO 01

A partir da leitura do texto, assinale a alternativa INCORRETA:

- A) As moedas que circularam no país nas últimas décadas foram o Cruzado, o Cruzado Novo e o atual Real.
- B) Desde 1980 o país tem enfrentado grandes crises econômicas, vindo a melhorar em 1985.
- C) O FMI é o Fundo Monetário Internacional. É uma organização internacional com o objetivo de regular e atuar diretamente no funcionamento do sistema financeiro mundial.
- D) O Congresso precisa fazer reformas eficientes para que assim o país não chegue a consequências drásticas.

QUESTÃO 02

“Sou de uma geração que crise econômica era uma rotina do dia a dia. Quando cursei economia, na década de 1980...”

O autor escreveu parte do texto na primeira pessoa. Então podemos afirmar que:

- A) O texto é narrativo.
- B) O texto é descritivo.
- C) O texto é dissertativo.
- D) Carta aberta.

QUESTÃO 03

“Mas durou pouco, a perda do grau de investimento...”

Sobre a palavra “perda” É INCORRETO afirmar que:

- A) É sinônimo da palavra “perca”.
- B) São antônimas as palavras “ganhar” e “perder”.
- C) São parônimas as palavras “perda” e “perca”.
- D) É um substantivo que significa se “privar”, “excluir”.

QUESTÃO 04

“Outra questão apontada é a falta de coesão dentro da equipe oficial.”

Na frase “...é a falta de coesão dentro da equipe oficial” temos:

- A) Predicado verbal.
- B) Predicado verbo-nominal.
- C) Predicativo do sujeito.
- D) Predicado nominal.

QUESTÃO 05

“A perda de uma conquista importante para o país, como o grau de investimento, tem impacto sobre todos os brasileiros.”

O termo “como” é especificamente:

- A) Preposição.
- B) Conjunção.
- C) Advérbio.
- D) Artigo.

QUESTÃO 06

“É preciso ação.”

Ao analisarmos a frase acima não temos:

- A) Predicado nominal.
- B) Verbo de ligação.
- C) Locução verbal.
- D) Sujeito indeterminado.

QUESTÃO 07

“...a própria agência dá uma ideia clara do que precisa ser enfrentado.”

Sobre as regras de acentuação é CORRETO afirmar que:

- A) Não se usa mais o acento nos ditongos abertos éi e ói das palavras paroxítonas que têm acento tônico na penúltima sílaba.
- B) Nas palavras oxítonas, não se usa mais o acento no “i” e no “u” tônicos quando vierem depois de um ditongo.
- C) Se a palavra for paroxítona e o “i” ou o “u” estiverem em posição final (ou seguidos de s), o acento permanece.
- D) É facultativo o uso do acento nas palavras ídeia/ideia.

QUESTÃO 08

“A principal alegação é o fato de o governo, logo depois de reduzir a meta fiscal, ter partido para uma projeção de deficit.”

Sobre a frase: “logo depois de reduzir a meta fiscal” é CORRETO afirmar que:

- A) Aposto explicativo.
- B) Aposto conclusivo.
- C) Adjunto adverbial deslocado.
- D) Adjunto adverbial meio.

QUESTÃO 09

“Por mais que membros do governo insistam em minimizar o impacto da retirada do selo de bom pagador, é evidente que resta agora administrar os danos.”

O sentido do termo “selo de bom pagador” na frase equivale a:

- A) Registro autenticado.
- B) Nota promissória.
- C) Grau de investimento.
- D) Cartão magnético.

QUESTÃO 10

“Nas explicações para o fato de ter antecipado a decisão, que ocorre poucos dias depois de o Planalto enviar ao Congresso uma proposta orçamentária com deficit primário de R\$ 30,5 bilhões para 2016, a própria agência dá uma ideia clara do que precisa ser enfrentado.”

Em relação ao “que” e ao “do que” encontrados na frase, pode-se afirmar que são, respectivamente:

- A) Conjunção integrante/conjunção integrante.
- B) Pronome relativo/conjunção integrante.
- C) Pronome relativo/preposição.
- D) Pronome relativo/pronome relativo.

DIREITO ADMINISTRATIVO

QUESTÃO 11

O chefe do Poder Executivo de um determinado Município editou um ato normativo com o objetivo de conseguir benefícios pessoais. Assinale a alternativa em que consta o princípio violado:

- A) Impessoalidade.
- B) Eficiência.
- C) Moralidade.
- D) Nenhuma das alternativas.

QUESTÃO 12

Julgue os itens em V para verdadeiro e F para falso e, em seguida, assinale a alternativa CORRETA:

I- A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o às penalidades legalmente estabelecidas.

II- Somente a inexecução total do contrato enseja a sua rescisão.

III- Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, podendo ser assegurado o contraditório e a ampla defesa.

- A) Apenas os itens I e III são verdadeiros.
- B) Apenas os itens I e II são verdadeiros.
- C) Apenas o item I é verdadeiro.
- D) Todos os itens são verdadeiros.

QUESTÃO 13

Julgue os itens abaixo em V para verdadeiro e F para falso e, em seguida, assinale a alternativa CORRETA:

I- A licitação poderá ser revogada pelo Presidente da Comissão de Licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta.

II- A nulidade do procedimento licitatório induz à do contrato, ressalvado o disposto no parágrafo único do art. 59 da Lei nº 8.666/93.

III- A autoridade competente poderá anular a licitação por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, não necessitando de parecer escrito e devidamente fundamentado.

- A) Apenas os itens I e II são verdadeiros.
- B) Apenas o item II é verdadeiro.
- C) Apenas os itens I e III são verdadeiros.
- D) Todos os itens são verdadeiros.

QUESTÃO 14

Julgue os itens em V para verdadeiro e F para falso e, em seguida, assinale a alternativa CORRETA acerca da responsabilidade civil:

I- A culpa exclusiva da vítima não exclui a responsabilidade do Estado;

II- Na culpa concorrente é atenuado o valor da indenização devida;

III- Em razão da estação chuvosa, o acúmulo de lixo nas vias públicas causou danos à população, nesse caso, a responsabilidade do Estado será objetiva, tendo em vista a sua conduta omissiva;

IV- Na teoria do risco administrativo, a responsabilidade civil da administração pública por atos comissivos é objetiva, ou seja, depende da comprovação da culpa ou dolo.

- A) Apenas os itens I e II são verdadeiros.
- B) Apenas os itens I, II e IV são verdadeiros.
- C) Apenas os itens II e III são verdadeiros.
- D) Todos os itens são verdadeiros.

QUESTÃO 15

São requisitos fundamentais do ato administrativo, EXCETO:

- A) Competência.
- B) Finalidade.
- C) Objeto.
- D) Presunção de legitimidade.

QUESTÃO 16

Os contratados por tempo determinado, para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, são denominados servidores:

- A) Ocupantes de cargo em comissão.
- B) Estatutários.
- C) Celetistas.
- D) Nenhuma das alternativas.

QUESTÃO 17

Analise os casos fictícios abaixo e, em seguida, assinale a alternativa que contém a sequência CORRETA:

I- Em um determinado Pregão participaram três empresas, A, B e C, todas com representantes presentes e todas tendo requerido o benefício concedido pela Lei Complementar 123/06 (ME e EPP). Ao final da etapa de lances, a empresa C ofertou o menor preço. Dando continuidade, o Pregoeiro procedeu à abertura do envelope de habilitação da empresa C. Esta apresentou a certidão negativa de falência ou concordata vencida. O Pregoeiro concedeu o prazo do artigo 43, § 1º, da Lei Complementar nº 123/06 para a empresa apresentar a referida certidão regularizada, no prazo de cinco dias úteis. ()

II- A Carta Convite foi encaminhada a três empresas, A, B e C, do ramo pertinente ao objeto a ser licitado, no dia 03/09/2015, com a abertura prevista para o dia 08/09/2015. No dia da sessão somente compareceram duas empresas. O presidente da Comissão deu prosseguimento à abertura da sessão com os presentes e, após a abertura dos envelopes de habilitação, foi verificada a documentação apresentada conforme estabelece o edital, em consonância com o princípio da vinculação ao instrumento convocatório. Em seguida, após a ausência de interposição de recurso, deu-se prosseguimento à sessão com a abertura das propostas de preços, momento em que o presidente verificou a conformidade das propostas com o edital. Sagrou-se vencedora a empresa B. Sem manifestação de recursos, o presidente da Comissão adjudicou e homologou o objeto à empresa vencedora. ()

III- Uma determinada Carta Convite foi encaminhada a cinco empresas no dia 17/09/2015, prevendo a abertura para o dia 25/09/2015. Ocorre que no dia 24/09/15 uma das empresas impugnou o edital, sob a alegação de que as especificações técnicas dos produtos a serem licitados estavam incorretas. A Comissão não só acatou a impugnação como retificou o edital. No dia 25/09/14 foi realizada a licitação, comparecendo quatro empresas. Não houve recursos e a proposta de preços da empresa vencedora foi apresentada dentro do valor estimado. Contudo, por razões de interesse público decorrente de fato superveniente, o Presidente da Comissão achou por bem revogar a licitação. ()

- A) F, F, F.
- B) V, F, F.
- C) F, F, V.
- D) V, V, F.

QUESTÃO 18

Julgue os itens em V para verdadeiro e F para falso e, em seguida, assinale a alternativa CORRETA:

I- A prorrogação da vigência contratual deverá ser justificada por escrito e previamente autorizada pela autoridade competente para celebrar o contrato.

II- A nulidade não exonera a Administração do dever de indenizar o contratado pelo que este houver executado até a data em que ela for declarada e por outros prejuízos regularmente comprovados, contanto que não lhe seja imputável, promovendo-se a responsabilidade de quem lhe deu causa.

III- A publicação resumida do instrumento de contrato ou de seus aditamentos na imprensa oficial, que é condição indispensável para sua eficácia, será providenciada pela Administração até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data, qualquer que seja o seu valor, ainda que sem ônus, ressalvado o disposto no art. 26 da Lei nº 8.666/93.

IV- A minuta do futuro contrato integrará sempre o edital ou o ato convocatório da licitação.

- A) Apenas os itens I, III e IV são verdadeiros.
- B) Apenas os itens I, II e III são verdadeiros.
- C) Apenas o item IV é verdadeiro.
- D) Todos os itens são verdadeiros.

QUESTÃO 19

Com fulcro na Lei nº 8.666/93 e em suas alterações, pode ser realizada dispensa de licitação, EXCETO:

- A) Para a aquisição de componentes ou peças de origem nacional ou estrangeira, necessários à manutenção de equipamentos durante o período de garantia técnica, junto ao fornecedor original desses equipamentos, quando tal condição de exclusividade for indispensável para a vigência da garantia.
- B) Quando não acudirem interessados à licitação anterior e esta, justificadamente, não puder ser repetida sem prejuízo para a Administração, mantidas, neste caso, todas as condições preestabelecidas.
- C) Para a contratação de serviços técnicos enumerados no art. 13 desta Lei, de natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização.
- D) Para a compra ou locação de imóvel destinado ao atendimento das finalidades precípuas da administração, cujas necessidades de instalação e localização condicionem a sua escolha, desde que o preço seja compatível com o valor de mercado, segundo avaliação prévia.

QUESTÃO 20

De acordo com o Sistema de Registro de Preços, disposto no Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, assinale a alternativa INCORRETA:

- A) Na licitação para registro de preços não é necessário indicar a dotação orçamentária, que somente será exigida para a formalização do contrato ou outro instrumento hábil.
- B) O exame e a aprovação das minutas do instrumento convocatório e do contrato serão efetuados exclusivamente pela assessoria jurídica do órgão não participante.
- C) A licitação para registro de preços será realizada na modalidade Concorrência, do tipo menor preço, nos termos da Lei nº 8.666/1993, ou na modalidade Pregão, nos termos da Lei nº 10.520/2002, e será precedida de ampla pesquisa de mercado.
- D) O prazo de validade da ata de registro de preços não será superior a doze meses, incluídas eventuais prorrogações, conforme o inciso III do § 3º do art. 15 da Lei nº 8.666/1993.

DIREITO TRIBUTÁRIO

QUESTÃO 21

De acordo com as regras do ITBI, julgue os itens em V para verdadeiro e F para falso:

I - A base de cálculo do ITBI é o valor venal dos bens imóveis transmitidos ou dos direitos reais cedidos, valor do imóvel para compra e venda à vista, segundo as condições usuais do mercado de imóveis. Na hipótese do Fisco não aceitar o valor, terá ensejo o arbitramento.

II - As alíquotas são fixadas em lei municipal, deverão ser proporcionais e não progressivas, uma vez que é vedada a progressividade para tal gravame, em razão de se tratar de imposto real.

III - No caso de o negócio sobre o qual incidiu ITBI ser desfeito, tendo este imposto sido recolhido anteriormente ao registro imobiliário, o contribuinte fará jus à restituição do respectivo valor.

IV - O ITBI é espécie de imposto sujeito a lançamento por declaração, a qual pode ser impugnada pela Administração fiscal municipal.

Assinale a alternativa CORRETA:

- A) Apenas os itens I e II são verdadeiros.
- B) Apenas os itens III e IV são verdadeiros.
- C) Apenas os itens II e IV são verdadeiros.
- D) Todos os itens são verdadeiros.

QUESTÃO 22

Julgue os itens em V para verdadeiro e F para falso e, em seguida, assinale a alternativa CORRETA:

I - A Constituição Federal impõe o princípio da anterioridade, que obriga a consideração de que não basta a publicação de uma lei tributária e sua vigência para que sua força cogente seja eficaz, pois toda lei que instituir ou majorar tributos terá sua eficácia subordinada ao referido princípio, ressalvadas as exceções constitucionalmente previstas.

II - A legislação tributária, quanto ao espaço, submete-se ao princípio da territorialidade. Assim sendo, a legislação tributária é válida, em princípio, nos limites do território da pessoa jurídica que edita a norma. Todavia, a norma pode, por exceção, alcançar sujeitos passivos fora do Estado.

III - Em se tratando de isenções tributárias, o STF espousa a regra geral da revogabilidade das referidas isenções, excetuadas aquelas contidas por prazo certo e sob determinadas condições, quando se impõe o respeito ao cumprimento dessas cláusulas, entendendo-as, dessarte, como irrevogáveis.

IV - De acordo com a aplicação da legislação tributária, uma lei só se aplica aos fatos que ocorrerão após sua vigência, em abono ao princípio da irretroatividade. No entanto, essa regra não é absoluta, porque há leis que se aplicam a fatos pretéritos, portanto, lei de efeitos retroativos.

- A) Apenas o item I é verdadeiro.
- B) Apenas os itens I e III são verdadeiros.
- C) Apenas os itens III e IV são verdadeiros.
- D) Todos os itens são verdadeiros.

QUESTÃO 23

De acordo com a Súmula nº 544 do STF abaixo transcrita, assinale a alternativa INCORRETA.

Súmula 544 STF - "Isenção tributária concedida sob condição onerosa não pode ser livremente suprimida."

- A) A isenção pode ser anulada.
- B) Caso seja revogada a isenção, observar-se-á o princípio da anterioridade.
- C) A isenção é dispensa legal, portanto, deve ser concedida por meio de lei; no entanto, não se exige idêntico diploma normativo para sua concessão, ou seja, tributo criado por lei complementar pode ser isento por lei ordinária.
- D) Caso a isenção seja revogada e se trate de isenção por prazo certo ou condicional, não há que se observar o princípio da anterioridade.

QUESTÃO 24

Analise o caso hipotético abaixo narrado e assinale a alternativa CORRETA.

Determinado servidor público efetivo do Município de São José do Povo - MT foi exonerado de seu cargo público após conclusão de processo de sindicância instaurado para averiguar determinadas infrações cometidas pelo servidor. Após a exoneração, o mesmo protocolou pedido de pagamento de verbas rescisórias, pois tinha décimo terceiro e férias proporcionais a receber.

- A) As verbas rescisórias não se sujeitam à incidência de Imposto de Renda, devendo o gravame incidir sobre as verbas com caráter salarial.
- B) A indenização devida ao servidor pelo município tem a finalidade de ressarcir-lo por um dano sofrido e possui caráter trabalhista, deste modo deve haver a incidência de Imposto de Renda e de INSS.
- C) A indenização devida ao servidor pelo município tem a finalidade de ressarcir-lo por um dano sofrido e possui caráter trabalhista, deste modo deve haver a incidência de Imposto de Renda apenas.
- D) Nenhuma das alternativas acima está correta.

QUESTÃO 25

De acordo com as regras relativas ao ISSQN, assinale a alternativa INCORRETA:

- A) O fato gerador do ISS caracteriza-se pela efetiva prestação remunerada de serviços a terceiros e não pelo contrato ajustado.
- B) Em face do princípio da estrita legalidade tributária, para que os municípios possam cobrar o ISS dos prestadores de serviços, devem instituí-lo por meio de lei complementar própria, que poderá adotar todos os itens da lista anexa à Lei Complementar nº 116/2003, ou alguns deles, sendo-lhes, porém, defeso criar serviços não previstos nessa norma complementar.
- C) Se o serviço for gratuito, ou em benefício próprio do prestador, não ocorre subsunção do fato à norma, dando oportunidade à não incidência.
- D) Os municípios possuem autonomia para fixar as alíquotas do ISS, por meio de leis próprias, respeitando os limites fixados na legislação federal. Assim, temos como alíquota mínima 2% e máxima 5%.

QUESTÃO 26

São princípios gerais de Direito Público que abarcam o Direito Tributário, EXCETO:

- A) A Constituição, quando quer os fins, concede igualmente os meios adequados.
- B) O todo explica as partes.
- C) Quem pode o mais, sempre pode o menos.
- D) As exceções são restritas.

QUESTÃO 27

Julgue os itens em V para verdadeiro e F para falso e, em seguida, assinale a alternativa CORRETA:

I - O ouro ativo financeiro ou instrumento cambial sujeita-se, exclusivamente, à incidência de IOF, uma vez que o imposto incide na primeira aquisição do ouro, ativo financeiro ou instrumento cambial, efetuada por instituição autorizada integrante do Sistema Financeiro Nacional. A alíquota é de 1% e a base de cálculo do IOF é o preço de aquisição do ouro, desde que dentro dos limites de variação da cotação vigente no mercado doméstico no dia da operação.

II - Nas operações de câmbio a alíquota do IOF é de 25% e incide sobre o montante em moeda nacional, recebido, entregue ou posto à disposição, correspondente ao valor, em moeda estrangeira, da operação de câmbio.

III - Nas operações relativas a títulos ou valores mobiliários a alíquota máxima é de 1% ao dia.

IV - Nas operações de seguro a alíquota é de 25% e incide sobre o valor dos prêmios de seguros pagos.

- A) Apenas os itens I, II e III são falsos.
- B) Apenas o item III é falso.
- C) Apenas os itens II e IV são falsos.
- D) Apenas os itens III e IV são falsos.

QUESTÃO 28

Conforme os dispositivos do Código Tributário Nacional e toda a legislação tributária vigente, julgue os itens em V para verdadeiro e F para falso:

I - É inconstitucional a taxa municipal de conservação de estradas de rodagem cuja base de cálculo seja idêntica à do ITR.

II - É legal a cobrança de ICMS com base no valor da mercadoria, submetido ao regime de pauta fiscal.

III - As empresas de construção civil estão obrigadas a pagar ICMS sobre mercadorias adquiridas como insumos em operações interestaduais.

IV - A entrega de declaração pelo contribuinte reconhecendo débito fiscal constitui o crédito tributário, dispensada qualquer outra providência por parte do Fisco.

- A) Os itens I, II e IV são verdadeiros.
- B) Os itens II, III e IV são verdadeiros.
- C) Os itens II e III são verdadeiros.
- D) Os itens I e IV são verdadeiros.

QUESTÃO 29

Analise a situação fictícia abaixo narrada.

Estabelecimento industrial sediado em Cuiabá - MT promoveu a saída, para contribuinte sediado em Rondonópolis - MT, de produto tributado pelo ICMS, destinado à comercialização. A operação teve as seguintes características:

- Valor normal da mercadoria: R\$ 30.000,00;
- Desconto incondicional concedido: R\$ 500,00;
- Seguro debitado ao adquirente: R\$ 400,00;
- IPI: R\$ 650,00;
- Frete destacado na NF e cobrado do adquirente: R\$ 400,00.

De posse dessas afirmações, assinale a alternativa CORRETA:

- A) No caso em tela o IPI não integrará a base de cálculo do ICMS, pois a operação foi realizada entre contribuintes, foi relativa a produto destinado à comercialização e configurou fato gerador dos dois impostos.
- B) No caso em tela, houve o preenchimento das condições, de modo que é possível, de início, concluir que o IPI comporá a base de cálculo do ICMS.
- C) Se o IPI não compuser a base de cálculo do ICMS, a mesma será de R\$ 31.300,00.
- D) A base de cálculo do ICMS será o valor da mercadoria, menos o desconto incondicional, mais o seguro, ou seja, R\$ 29.900,00, pois o valor referente ao frete, mesmo que destacado em NF, não pode ser cobrado do adquirente.

QUESTÃO 30

Assinale a alternativa INCORRETA.

Não incide imposto de renda nos seguintes casos:

- A) Férias não gozadas por necessidade do serviço.
- B) Aviso prévio, cumprido ou indenizado.
- C) Programa de incentivo à demissão voluntária.
- D) Licença-prêmio não gozada por necessidade do serviço.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

QUESTÃO 31

Sobre o ciclo orçamentário, assinale a assertiva **INCORRETA**:

- A) É um processo dinâmico, contínuo e flexível, sendo composto por quatro fases: elaboração, aprovação, execução e controle e avaliação.
- B) O ciclo orçamentário coincide com o ano civil.
- C) Após a aprovação do Projeto de Lei Orçamentária Anual pelo Legislativo, este retorna para a sanção do chefe do Executivo. Caso sancionado, ocorrerá a sua publicação.
- D) De acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal, até trinta dias após a publicação dos orçamentos o Poder Executivo estabelecerá a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso.

QUESTÃO 32

O Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA) estão previstos constitucionalmente, mas também são referenciados na Lei de Responsabilidade Fiscal e na Lei nº 4.320/64. A respeito dessas peças orçamentárias, analise os itens que seguem e assinale a alternativa **CORRETA**:

- A) Caberá a Lei Complementar dispor sobre a organização do Plano Plurianual, da Lei de Diretrizes Orçamentárias e da Lei Orçamentária Anual.
- B) A Lei de Diretrizes Orçamentárias compreenderá as metas e prioridades da administração pública federal, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente, orientará a elaboração da lei orçamentária anual, disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento, sendo que, de acordo com a Lei Complementar nº 101/2000, seu projeto será integrado pelo demonstrativo da compatibilidade da programação dos orçamentos com os objetivos e metas constantes no Anexo de Metas Fiscais estabelecidas no PPA.
- C) A LOA, com o advento da Constituição de 1988, compreenderá o orçamento fiscal, o orçamento das entidades e da seguridade social, e será acompanhado de demonstrativo regionalizado do efeito, sobre as receitas e despesas, decorrente de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia.
- D) O tempo de vigência do Plano Plurianual é de quatro anos, sendo que o chefe do Executivo deve encaminhá-lo até 31 de agosto do segundo ano de seu mandato para a apreciação do Legislativo.

QUESTÃO 33

O convênio é acordo, ajuste ou qualquer outro instrumento que discipline a transferência de recursos financeiros de dotações consignadas nos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União e tenha como partícipe, de um lado, órgão ou entidade da administração pública federal, direta ou indireta, e, de outro lado, órgão ou entidade da administração pública estadual, distrital ou municipal, direta ou indireta, ou ainda entidades privadas sem fins lucrativos, visando à execução de programa de governo, envolvendo a realização de projeto, atividade, serviço, aquisição de bens ou evento de interesse recíproco, em regime de mútua cooperação. Tendo por base o Decreto Federal nº 6.170 de 2007, que regula tal instrumento, analise os itens a seguir:

- I) A celebração de convênio com entidades privadas sem fins lucrativos será precedida de chamamento público a ser realizado pelo órgão ou entidade concedente, visando à seleção de projetos ou entidades que tornem mais eficaz o objeto do ajuste.
- II) A contrapartida do conveniente poderá ser atendida por meio de recursos financeiros, de bens e serviços, desde que economicamente mensuráveis.
- III) A indicação da forma pela qual a execução do objeto será acompanhada pelo concedente e a vedação para o conveniente de estabelecer contrato ou convênio com entidades impedidas de receber recursos federais são consideradas cláusulas obrigatórias para todo convênio.
- IV) A análise da prestação de contas pela concedente só poderá resultar em aprovação ou em rejeição das contas apresentadas.
- V) A celebração, a liberação de recursos, o acompanhamento da execução e a prestação de contas de convênios, contratos de repasse e termos de parceria serão registrados no SICONV, que será aberto ao público, via rede mundial de computadores - Internet, por meio de página específica denominada Portal dos Convênios.

Assinale a assertiva CORRETA:

- A) Todos os itens estão corretos.
- B) Somente os itens I e V estão errados.
- C) Somente o item IV está errado.
- D) Somente o item V está errado.

QUESTÃO 34

Um dos instrumentos estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) é o Relatório de Gestão Fiscal. De acordo com a LRF, o Relatório de Gestão Fiscal:

- A) É um dos instrumentos de transparência de gestão fiscal, devendo ser dada ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público.
- B) Não é obrigatório para Municípios com menos de cem mil habitantes.
- C) Será elaborado um por exercício financeiro, devendo ser entregue até 31 de janeiro do exercício financeiro subsequente.
- D) Deverá conter apenas as demonstrações contábeis exigidas em lei e as movimentações dos restos a pagar no exercício.

QUESTÃO 35

A respeito dos princípios orçamentários, assinale a afirmativa CORRETA:

- A) O princípio da anualidade orçamentária determina que deve haver autorização para a arrecadação de receitas previstas na Lei Orçamentária Anual. Assim, as leis tributárias deveriam estar incluídas na LOA, não se admitindo alterações tributárias após os prazos constitucionais do orçamento anual.
- B) O princípio da universalidade informa que o orçamento deve ser uno, isto é, deve existir apenas um orçamento, e não mais que um para cada Ente da Federação, em cada exercício financeiro.
- C) O princípio do orçamento bruto determina que todas as receitas e despesas constarão na Lei de Orçamento pelos seus totais, sendo permitidas as deduções das transferências constitucionais para evitar a duplicidade do registro contábil.
- D) O princípio da exclusividade determina que a Lei Orçamentária não poderá conter matéria estranha à previsão das receitas e à fixação das despesas, não se incluindo na proibição a autorização para abertura de créditos suplementares e contratação de operações de crédito, ainda que por antecipação de receita, nos termos da lei.

QUESTÃO 36

Em consonância com o artigo 14, § 3º, da Constituição Federal, assinale a alternativa que não indica uma condição de elegibilidade para o cargo de prefeito:

- A) Estar em pleno exercício dos direitos políticos.
- B) Ter nacionalidade brasileira.
- C) Ter idade mínima de 18 anos.
- D) Ter o domicílio eleitoral na circunscrição.

QUESTÃO 37

A Lei nº 4.320/64 classifica as receitas e despesas em categorias econômicas. Assinale a assertiva que demonstre, respectivamente, uma receita corrente e uma despesa de capital:

- A) O superávit do orçamento corrente e o aumento do capital em entidades que visem objetivos comerciais.
- B) O recebimento de dividendos e a concessão de empréstimos.
- C) O recebimento de taxas e o pagamento do pessoal Militar.
- D) A amortização dos empréstimos concedidos e a transferência de recursos referentes ao salário família.

QUESTÃO 38

Sobre os restos a pagar, assinale a assertiva INCORRETA:

- A) Após o cancelamento da inscrição da despesa como restos a pagar, o pagamento que vier a ser reclamado poderá ser atendido à conta de dotação destinada a despesas de exercícios anteriores.
- B) Os restos a pagar, excluídos os serviços da dívida, compreendem a dívida flutuante.
- C) Prescreve em cinco anos a dívida passiva relativa aos restos a pagar.
- D) Os empenhos que sorvem a conta de créditos com vigência plurianual, que não tenham sido liquidados, não poderão ser inscritos em restos a pagar.

QUESTÃO 39

Julgue os itens em V para verdadeiro e F para falso e, em seguida, assinale a alternativa CORRETA: Compete aos Municípios:

- I- legislar sobre assuntos de interesse local; ()
- II- complementar a legislação federal e a estadual, no que couber; ()
- III- instituir e arrecadar os tributos de sua competência, bem como aplicar suas rendas, sem prejuízo da obrigatoriedade de prestar contas e publicar balancetes nos prazos fixados em lei; ()
- IV- planejar e promover a defesa permanente contra as calamidades públicas, especialmente as secas e as inundações. ()

- A) Apenas o item IV é verdadeiro.
- B) Apenas os itens I e III são verdadeiros.
- C) Apenas os itens I, II e III são verdadeiros.
- D) Todos os itens são verdadeiros.

QUESTÃO 40

Analise as afirmativas abaixo e, em seguida, assinale a alternativa CORRETA no que se refere aos Municípios:

I- Em Municípios de mais de quinhentos mil habitantes, o subsídio máximo dos Vereadores corresponderá a setenta e cinco por cento do subsídio dos Deputados Estaduais.

II- O total da despesa com a remuneração dos Vereadores poderá ultrapassar o montante de dez por cento da receita do Município.

III- O controle externo da Câmara Municipal será exercido com o auxílio dos Tribunais de Contas dos Estados ou do Município ou dos Conselhos ou Tribunais de Contas dos Municípios, onde houver.

IV- As contas dos Municípios ficarão, durante trinta dias, anualmente, à disposição de qualquer contribuinte, para exame e apreciação, contudo, não podendo sofrer qualquer questionamento.

- A) Apenas os itens I e II são verdadeiros.
 - B) Apenas os itens I e III são verdadeiros.
 - C) Apenas os itens I e IV são verdadeiros.
 - D) Todos os itens são verdadeiros.
-